

JOÃO CARLOS SOUTO

SUPREMA CORTE DOS
ESTADOS UNIDOS
PRINCIPAIS DECISÕES

4^a
edição revista,
atualizada
e ampliada

 | atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 15.04.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Al. Arapoema, 659, sala 05, Tamboré
Barueri – SP – 06460-080
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Joyce Matos
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

S71s
Souto, João Carlos

Suprema corte dos Estados Unidos: principais decisões / João Carlos Souto. – 4. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-59-77016-8

1. Estados Unidos. Supreme Court. 2. Juízes – Decisões – Estados Unidos. I. Título.

21-70049

CDU: 347.991(73)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I – Poder Judiciário Federal nos Estados Unidos – Primeiro e Segundo Graus	3
1. Um olhar sobre a justiça do dia a dia.....	3
2. Grave defeito da Confederação	4
2.1 Hamilton e a arquitetura do Judiciário em <i>O Federalista</i>	4
2.1.1 O Judiciário, a “bolsa” e a “espada”	6
2.1.2 Teórico da autonomia e garantias do Poder Judiciário	7
2.1.2.1 Garantias de 1787 na posse de 2021	8
3. Conferência Judicial dos Estados Unidos	9
4. Justiça Federal	10
4.1 Cortes de Apelações (<i>U.S. Courts of Appeals</i>)	11
4.1.1 Origem – Da Corte de Circuito à Corte de Apelações.....	12
4.1.2 Alcance da expressão “Courts”	14
4.1.3 Divisão geográfica das Cortes de Apelações.....	14
4.1.4 Cortes de Apelações sediadas em Washington-DC.....	17
4.1.4.1 <i>Federal Circuit</i>	17
4.1.4.2 <i>D.C. Circuit</i>	17
4.2 Cortes Distritais.....	19
4.2.1 Organização e competência	20
4.2.2 Processo decisório nas Cortes Distritais	21
4.2.2.1 <i>Jury Trial</i>	21
4.2.2.2 <i>Plea Bargaining</i> nas Cortes Distritais e na Suprema Corte	22
4.2.2.2.1 <i>Brady v. United States</i> (1970).....	23

4.2.2.2	Críticas ao <i>plea bargaining</i>	24
4.2.2.3	<i>Bench Trial</i>	25
4.2.2.4	Cortes Distritais de Falência	27
4.3	Cortes de competência específica.....	27
4.3.1	Corte Federal de Reclamações	28
4.3.2	Corte de Comércio Internacional.....	30
4.3.3	Tribunal Fiscal dos Estados Unidos – <i>Tax Court</i>	31
4.3.3.1	<i>Flora v. United States</i> (1960) – Desnecessidade de depósito prévio.....	32
4.3.3.2	Composição e recurso das decisões	33
4.3.3.3	“Destituição de juízes” e a natureza jurídica do Tribunal Fiscal	34
4.3.3.4	Suposta contrariedade ao <i>Appointment Clause</i>	35
4.4	Qualificação dos juízes que atuam na Corte Distrital.....	37
4.4.1	<i>District Judge</i>	37
4.4.2	<i>Magistrate Judge</i>	38
4.4.2.1	<i>Peretz v. United States</i>	40
4.4.3	<i>Senior Judge</i> e <i>Senior Justices</i>	40
5.	Juramento constitucional e a presença do “divino”	42
5.1	Contrariedade à <i>Establishment Clause</i>	43

Capítulo II – Suprema Corte dos Estados Unidos – Origem, Organização, Funcionamento, Competência e Processo Decisório.....	45
1. Influência do constitucionalismo norte-americano no Brasil – Suprema Corte e Supremo Tribunal Federal	45
2. Suprema Corte dos Estados Unidos	46
2.1 Diminuto prestígio inicial.....	46
2.2 Previsão constitucional.....	48
2.3 Composição, quórum e <i>Term</i> (ano judiciário)	49
3. Processo de escolha dos membros (<i>justices</i>) da Corte	50
3.1 Indicação do Presidente da República e aprovação pelo Senado.....	50
3.1.1 As razões de Hamilton em <i>O Federalista</i>	50
3.1.1.1 A irrazoabilidade do “juiz popular”	51
3.1.1.2 A necessidade de diálogo entre os Poderes	52
3.2 Tempo médio de análise pelo Senado da indicação presidencial	53
3.2.1 A demora do Senado na análise de um indicado “talentoso e incorruptível”	54
3.2.2 A “acidental” instituição do <i>hearing</i>	56
3.2.3 Proposta de supressão do comparecimento do indicado no Senado	57
3.3 Indicações polêmicas do Presidente Trump	59
3.3.1 A constrangedora sabatina de Matthew Petersen	60
3.4 Designação extraordinária de Membro da Corte – <i>Recess Appointment Power</i>	62

3.4.1	A imprecisão do “recesso” na Constituição dos Estados Unidos....	63
3.4.2	Recessos <i>Intrasession</i> e <i>Intersession</i>	64
3.4.3	O Poder Público e as relações de trabalho nos Estados Unidos ...	65
3.4.3.1	Liberalismo econômico	65
3.4.3.2	Conselho Nacional de Relações do Trabalho – <i>National Labor Relations Board</i>	66
3.4.3.2.1	Decisão do NLBR e revisão judicial pela Corte de Apelação do Distrito de Colúmbia.....	67
3.4.4	Primeira decisão da Suprema Corte sobre o <i>Recess Appointment</i>	68
3.4.4.1	<i>National Labor Relations Board v. Noel Canning</i> (2014) ...	69
3.4.4.1.1	Posição da Suprema Corte sobre o <i>intrasession</i> e <i>intersession recess</i>	69
3.4.4.1.2	Período mínimo de tempo para o exercício da <i>Recess Appointment Clause</i>	70
3.4.4.1.3	Vagas surgidas antes e durante o recesso	71
3.4.4.1.4	A autonomia do Senado e a legalidade da <i>pro forma session</i>	72
3.4.4.1.5	Política partidária desde o nascedouro	74
3.5	Indicações que não prosperaram	74
3.5.1	Revogadas pelo Executivo.....	75
3.5.2	Ausência de deliberação pelo Senado, o caso Merrick Garland....	78
3.5.2.1	A maior obstrução da história do Legislativo dos Estados Unidos	80
3.5.3	Rejeitadas pelo Senado	82
3.5.3.1	Robert Bork, a indicação que sacudiu a América	84
3.5.3.1.1	Ted Kennedy: “Robert Bork’s America”.....	86
3.5.3.1.2	“Block Bork Coalition”.....	87
3.5.3.1.3	Surgimento de um verbo, <i>to bork</i>	88
3.6	Liberais, conservadores e o <i>swing vote</i>	89
3.6.1	A aposentadoria do <i>Justice Anthony Kennedy</i>	89
3.6.2	Novo indicado e a agenda conservadora.....	90
3.7	Brett Kavanaugh, intelectual, juiz e “republicano”	92
3.7.1	Yale, Harvard, Tribunais, investigação contra Clinton, advocacia e Casa Branca	93
3.7.2	Kavanaugh repete Bork e Clarence	95
3.7.3	O fator Cristine Blasey Ford	96
3.7.4	O depoimento ultrapartidário de Kavanaugh	98
3.7.4.1	Ventos, redemoinhos, “Clintons” e circo	98
3.7.5	Kafka, Kavanaugh, Bush e Trump.....	100
3.8	Amy Coney Barrett	102
3.8.1	Fim de mandato presidencial e Merrick Garland	103
3.8.2	<i>A University of Notre Dame</i> chega à Suprema Corte	104
3.8.3	O insuspeito depoimento de Noah Feldman.....	104
3.8.3.1	A “hipocrisia” de McConnell	105

3.9	Desinteresse da sociedade brasileira pela composição do Supremo Tribunal Federal.....	105
4.	Lei Judiciária de 1789 – <i>Judiciary Act of 1789</i>	106
4.1	De juízes a “justices”	106
4.1.1	<i>Associate Justice</i>	107
4.1.2	<i>Chief Justice</i>	108
4.1.2.1	Peculiar forma de escolha.....	108
4.1.2.1.1	Interesse diminuto da doutrina norte-americana	109
4.1.2.2	Presidência sem limite de tempo	110
4.1.2.3	Atribuições institucionais	111
4.1.2.3.1	Presidência do processo de <i>impeachment</i>	114
4.2	“Por que o Presidente do STF comanda o julgamento do <i>impeachment</i> no Senado?”	115
4.3	<i>Solicitor General</i>	117
5.	Competência.....	118
5.1	Originária.....	118
5.2	Recursal.....	119
5.2.1	<i>Writ of certiorari</i>	122
5.2.1.1	<i>Judiciary Act of 1925</i> , Lei Judiciária de 1925	122
5.2.1.2	Discricionariedade ilimitada	123
5.2.1.2.1	Admissão da <i>Petition for a writ of certiorari</i> e semelhanças com as competências do STF e STJ	123
6.	Processo decisório.....	125
6.1	Regra dos quatro.....	125
6.2	Argumentos orais e escritos	126
6.3	<i>Case conference</i>	126
6.3.1	Sigilo absoluto e necessidade de conhecer o processo	127
6.3.2	Superioridade do sistema do <i>case conference</i>	128
6.4	A construção conjunta do resultado.....	128
6.5	O “ritual obsoleto” do Supremo Tribunal Federal	129
6.6	Elaboração do voto, seleção do <i>Justice</i>	130
6.7	Anúncio e publicação da decisão.....	131
7.	A “crise numérica” do STF e a <i>praxis</i> norte-americana	131
7.1	Súmula vinculante, repercussão geral, <i>stare decisis</i> e <i>certiorari</i>	132

Capítulo III – A Suprema Corte e o Nascimento do Controle de Constitucionalidade

1.	<i>Marbury v. Madison</i> (1803)	135
1.1	O legado do Direito Constitucional norte-americano.....	135
1.2	Inexistência de menção expressa ao controle de constitucionalidade	136
1.3	A “ilegitimidade” da Suprema Corte.....	138
1.3.1	O equívoco da teoria da ilegitimidade	139

1.4	Controle de constitucionalidade – nascimento e certidão de batismo	140
1.5	Federalistas, Republicanos e a “origem” do caso <i>Marbury v. Madison</i>	141
1.6	Os <i>midnight judges</i>	145
1.6.1	A legitimidade da nomeação dos juízes.....	146
1.6.1.1	A recusa desmotivada	146
1.6.1.2	A correspondência entre Abigail Adams e Thomas Jefferson	146
1.7	A indicação de John Marshall como <i>Chief Justice</i>	148
1.8	A ação proposta por Marbury	149
1.9	As alternativas possíveis.....	150
1.10	A pressão republicana.....	151
1.10.1	Ameaça de <i>impeachment</i>	151
1.10.2	“Eliminação” do ano judiciário da Suprema Corte.....	152
1.11	A decisão de Marshall.....	153
1.12	Fixação do parâmetro de controle	155
1.12.1	A alternativa imprimida por Marshall	157
1.13	Resistência ao <i>judicial review</i> – pressão republicana pós-julgamento do caso <i>Marbury v. Madison</i>	158
1.13.1	O processo de <i>impeachment</i> contra Samuel Chase.....	158
1.13.2	Enquadramento constitucional do <i>impeachment</i>	161
1.13.3	A atuação do Executivo e a absolvição de Samuel Chase.....	163
2.	<i>Stuart v. Laird</i> (1803)	164
2.1	Uma decisão raramente lembrada.....	164
2.2	A Suprema Corte e os <i>Circuit Judges</i>	165
2.3	A arguição de inconstitucionalidade formulada por Stuart e a decisão da Suprema Corte.....	166
2.4	A leitura conjunta dos casos <i>Marbury v. Madison</i> e <i>Stuart v. Laird</i>	168
3.	As Cortes Supremas não se reduzem a simples órgãos judiciários.....	169
4.	Os Estados-membros e a jurisdição da Suprema Corte	170
4.1	Os três pilares	170
4.2	Controle de constitucionalidade sobre atos do Estado-membro.....	171
4.2.1	Especificidades do Estado Federal	171
4.3	<i>Fletcher v. Peck</i>	172
4.3.1	A “segunda pedra”	172
4.3.2	Submissão do Estado-membro aos princípios federativos.....	174
4.3.3	O parecer de Alexander Hamilton de 1795	175
4.4	Competência recursal da Suprema Corte das decisões da Justiça dos Estados.....	176
4.4.1	<i>Martin v. Hunter’s Lesse</i>	176
4.4.2	<i>Cohens v. State of Virginia</i>	178
4.4.2.1	A decisão da Suprema Corte	180
4.4.2.2	Repercussão do julgado.....	181
4.4.2.3	O significado de <i>Cohens v. Virginia</i>	182

Capítulo IV – A Suprema Corte e a Questão Racial.....	185
1. <i>Dred Scott v. Sandford</i> (1857)	185
1.1 A escravidão na América	185
1.2 Reafirmação do <i>judicial review</i>	186
1.3 O <i>Missouri Compromise Act</i> e a dualidade legislativa.....	187
1.4 A doutrina do <i>original intention</i>	187
1.5 “Uma raça inferior”	188
1.6 As Emendas XIII e XIV.....	190
2. <i>The Civil Rights Cases</i>	191
2.1 A Lei de Direitos Civis de 1875.....	191
2.2 A inconstitucionalidade do <i>Civil Rights Act</i>	192
2.3 O voto dissidente contra a segregação	194
2.3.1 Presunção da constitucionalidade no século XIX.....	195
3. <i>Plessy v. Ferguson</i> (1896).....	197
3.1 <i>Separate but equal</i>	197
3.2 <i>Jim Crow Laws</i>	199
3.3 A “ilegalidade” praticada por Homer Plessy	200
3.4 A decisão da Suprema Corte.....	200
3.4.1 <i>Our Constitution is color-blind</i>	202
3.5 Ausência de cidadania e inconstitucionalidade da segregação.....	203
3.6 Do algodão à exploração espacial	204
4. <i>Brown v. Board of Education of Topeka</i> (1954)	204
4.1 A batalha que se sobrepôs à guerra.....	204
4.2 Linda Brown.....	205
4.3 A Corte Warren e a inconstitucionalidade da segregação.....	206
4.3.1 Ativismo judicial “sem precedentes”	207
4.4 Tropas federais em Little Rock	208
4.4.1 <i>Little Rock Nine</i>	209
4.4.2 <i>Cooper v. Aaron</i>	211
4.5 O primeiro negro na Suprema Corte e a Lei Federal de 1992	212
4.6 A efetividade do controle de constitucionalidade	213
4.7 Imbricação histórica.....	213
5. O movimento pelos direitos civis e a busca da cidadania plena.....	214
5.1 Marcha sobre Washington.....	215
5.1.1 Martin Luther King – orador de 1963.....	216
5.1.2 Barack Obama – orador de 2013.....	217
5.2 Senado, Suprema Corte e Secretaria de Estado.....	218
5.3 As eleições de Barack Obama.....	220
5.3.1 Obama – primeiras impressões sobre o Senado.....	221
5.3.1.1 O código genético do Senado	222
5.4 A inserção social do negro no Brasil e nos Estados Unidos, breve comparativo	223
6. Aumento da tensão racial na segunda década do século XXI	225
6.1 Sanford, Flórida, 2012	225

6.2	<i>Black Lives Matters</i>	226
6.3	Nova Iorque e Ferguson – 2014. Violação de “Direitos Civis”	227
6.4	O Massacre de Charleston – 2015. Ódio racial e “orgulho” confederati- vo.....	229
6.5	Os dramáticos acontecimentos em 2016	231
6.5.1	Baton Rouge, Louisiana	231
6.5.2	Saint Paul, Minnesota	232
6.5.3	Dallas, Texas	233
6.5.4	Baton Rouge-2, Louisiana.....	236
Capítulo V – A Suprema Corte e as Liberdades Públicas.....		239
1.	<i>Gideon v. Wainwright</i> (1963).....	239
2.	<i>Miranda v. Arizona</i> (1966).....	241
2.1	<i>Miranda v. Arizona</i> na Suprema Corte brasileira	242
2.2	A conexão entre os casos <i>Miranda</i> e <i>Gideon</i>	243
2.3	A reação conservadora ao julgado <i>Miranda v. Arizona</i>	243
3.	<i>New York Times Co. v. United States</i> (1971) – <i>The Pentagon Papers</i>	245
3.1	Considerações gerais	245
3.1.1	O Vietnã como parâmetro de divisão da sociedade norte-america- na.....	245
3.2	Origem da disputa judicial	247
3.3	O papel do Estado, o interesse público e a liberdade de expressão.....	248
3.4	A liberdade de imprensa como valor fundamental	250
3.5	Interpretação aberta e ampliada do <i>Bill of Rights</i>	251
3.6	A linha tênue	253
4.	<i>Roe v. Wade</i> (1973).....	254
4.1	Direito à privacidade.....	254
4.2	Limitação inconstitucional à privacidade	255
4.2.1	A legislação estadual contrária ao aborto	255
4.2.2	<i>Class action</i> e <i>amicus curiae</i>	256
4.3	A decisão da Suprema Corte.....	257
4.3.1	<i>Personal autonomy</i> e <i>right of privacy</i>	257
4.4	Nova composição da Suprema Corte e a constitucionalidade da <i>Partial- Birth Abortion Ban Act</i>	259
4.5	<i>Roe v. Wade</i> , economia e taxa de criminalidade	261
5.	<i>Texas v. Johnson</i> (1989) e <i>United States v. Eichman</i> (1990)	263
5.1	O culto à bandeira.....	263
5.2	O uso comercial e publicitário da bandeira.....	264
5.3	A <i>Old Glory</i> como instrumento de protesto.....	265
5.4	<i>Texas v. Johnson</i> (1989)	266
5.4.1	O <i>burning flag</i> e a liberdade de expressão.....	266
5.4.2	A inconstitucionalidade da proteção legislativa à bandeira, sob a perspectiva da liberdade de expressão.....	267
5.5	<i>United States v. Eichman</i> (1990).....	268

5.5.1	Protesto legislativo contra a Suprema Corte	268
5.6	A lei de proteção à bandeira	269
5.7	Proposta de emenda constitucional.....	271
5.8	Direito de ofender.....	271
5.8.1	<i>Freedom of speech and right of privacy</i>	272
5.9	A super-rigidez da Constituição dos Estados Unidos.....	273
5.10	A Quarta Emenda na Era Digital – <i>Carpenter v. United States</i> (2018)	273
5.10.1	Decisão judicial superficial em caso complexo.....	274
5.10.2	Ausência de precedente	275
5.10.3	A Quarta Emenda não protege dados em mãos de terceiros (<i>Third-party doctrine</i>)	276
5.10.4	O “celular é quase um traço da anatomia humana”.....	277
5.10.5	A dissidência	279
5.10.6	Decisão propositadamente “estreita”	280
5.10.7	Iluminismo da Era Digital.....	281
Capítulo VI – A Suprema Corte e as Questões de Estado.....		283
1.	<i>Mcculloch v. Maryland</i> (1819).....	283
1.1	O processo de formação do Estado Federal	283
1.1.1	O fracasso da Confederação.....	283
1.1.2	O Senado e o equilíbrio federativo	284
1.2	A criação do Banco Central e a discussão sobre sua constitucionalidade... ..	285
1.2.1	O conflito federativo – Estado de Maryland contra a União	285
1.3	Poderes enumerados, implícitos e a missão política e constitucional da União.....	287
1.4	Alteração no perfil da Federação	288
1.5	<i>McCulloch v. Maryland</i> e os poderes substantivos vitais	288
2.	<i>Heart of Atlanta Motel v. United States</i> (1964).....	289
3.	<i>Malloy v. Hogan</i> (1964)	290
4.	<i>United States v. Nixon</i> (1974).....	291
4.1	Considerações gerais	291
4.2	A invasão do <i>Watergate Building</i>	292
4.2.1	As informações do <i>Deep Throat</i>	293
4.3	Investigação congressional	294
4.4	O Ministério Público no Brasil e o equivalente norte-americano.....	295
4.4.1	Designação do <i>Special Prosecutor</i>	295
4.4.2	A opinião de Alan Dershowitz.....	296
4.5	O procurador especial do caso Watergate	297
4.6	A legislação relativa ao Procurador Especial	298
4.7	As gravações telefônicas da Casa Branca e o <i>Saturday Night Massacre</i>	300
4.8	<i>Absolute privilege</i>	300
4.8.1	A disputa judicial <i>Special Prosecutor v. Nixon</i>	301
4.8.2	O entendimento da Suprema Corte.....	302
4.8.3	Caráter restrito do <i>absolute privilege</i>	303

4.8.3.1	A complexidade do tema.....	304
4.9	O acórdão da Suprema Corte e a renúncia.....	305
4.10	O perdão do Presidente Gerald Ford.....	307
4.11	O perdão presidencial no sistema constitucional norte-americano.....	309
4.12	A solidez da democracia.....	311
Capítulo VII – A Suprema Corte, Direitos Fundamentais, Guerra, Terrorismo e Segurança do Estado.....		313
Introdução.....		313
1.	A realocação dos japoneses na Segunda Guerra Mundial.....	314
1.1	Os três casos: <i>Hirabayashi v. U.S.</i> , <i>Yasui v. U. S.</i> e <i>Korematsu v. United States</i>	314
1.2	O ataque a <i>Pearl Harbor</i>	315
1.3	A <i>Executive Order 9066</i>	316
1.4	A Constituição e as medidas excepcionais.....	318
1.4.1	Os processos contra <i>Hirabayashi</i> e <i>Korematsu</i>	318
1.4.2	Os argumentos dos autores e dos <i>amicus curiae</i>	318
1.4.3	As contrarrazões da União.....	319
1.4.4	O voto de Stone em <i>Hirabayashi v. United States</i>	319
1.5	<i>Korematsu v. United States</i>	321
1.5.1	A acusação contra <i>Korematsu</i>	321
1.5.2	O <i>Justice</i> que pertenceu à <i>Ku Klux Klan</i>	321
1.5.3	O voto de Hugo Black.....	322
1.5.4	A divergência na Suprema Corte.....	324
1.5.4.1	Um voto desconectado da realidade.....	324
1.6	A Suprema Corte e as circunstâncias excepcionais.....	325
1.7	Pedido formal de desculpas do Poder Legislativo e do Poder Executivo..	326
1.8	A resolução do Congresso Nacional e a recompensa pecuniária.....	326
1.9	A carta de Bill Clinton.....	327
2.	O “quase” paralelo inglês.....	328
3.	A Suprema Corte e os atos de guerra.....	330
4.	Medidas restritivas após o 11 de setembro.....	331
4.1	O <i>Bill of Rights</i> e as leis antiterror.....	331
4.2	Depoimento de Laurance Tribe ao Comitê Judiciário do Senado.....	332
4.2.1	<i>Korematsu crossroads</i>	332
4.3	Um ataque sem paralelo.....	333
4.4	Instrumentos normativos de restrição de liberdade.....	335
4.5	Base Naval da Baía de Guantánamo.....	337
4.5.1	O naufrágio da tese da inexistência de jurisdição.....	337
4.5.2	<i>Legal Black Hole</i>	338
5.	A reação da Suprema Corte.....	340
5.1	O <i>habeas corpus</i> na Constituição dos Estados Unidos.....	341
5.2	<i>Hamdi v. Rumsfeld</i> (2004).....	342
5.2.1	Captura, julgamento pela Corte Distrital e pela Corte de Apelação do 4º Circuito.....	342

5.2.2	A decisão da Suprema Corte no caso Hamdi.....	344
5.2.2.1	O único voto divergente.....	345
5.2.2.2	O entendimento da maioria	347
5.2.2.2.1	Jurisdição civil e a tradição anglo-saxã	347
5.2.2.2.2	<i>Non Detention Act</i>	349
5.2.2.2.3	As razões de Sandra O'Connor	351
5.2.3	A soltura de Hamdi por acordo extrajudicial.....	353
5.2.4	A importância do caso <i>Hamdi v. Rumsfeld</i>	353
6.	A Suprema Corte e os “inimigos combatentes” de origem estrangeira.....	354
6.1	<i>Rasul v. Bush</i> (2004).....	355
6.1.1	Jurisdição e custódia extraterritorial.....	356
6.1.2	“Aventurismo judicial”	358
6.2	O <i>Combatant Status Review Tribunal</i>	358
6.3	<i>Hamdan v. Rumsfeld</i> (2006)	360
6.3.1	Reação conservadora à decisão da Suprema Corte.....	362
6.3.2	Eisentrager e Hamdan, premissas distintas	363
6.4	<i>Boumediene v. Bush</i> (2008)	364
6.4.1	O <i>habeas corpus</i> e o discurso judicial.....	365
6.4.2	<i>Freedom’s first principles</i>	366
6.4.3	“Direito de primeira grandeza” (<i>Right of First Importance</i>).....	368
7.	A “hipocrisia europeia” e o problema moral	369
8.	O momento histórico e a construção da resposta	370
9.	Justiça e brutalidade, um contundente editorial	371
10.	Guantánamo – o quase epílogo.....	373
10.1	Barack Obama e a tentativa de fechamento de Guantánamo	373
10.1.1	A <i>Executive Order 13492</i>	374
10.1.2	A pressão interna e a erosão da credibilidade externa	375
10.1.3	Direito a <i>habeas corpus</i> e prazo para fechamento.....	376
10.1.4	O discurso no <i>National Archives</i>	376
10.2	A oposição de Dick Cheney à política de segurança de Obama.....	378
10.2.1	O mais influente vice-presidente da história americana	378
10.2.2	“ <i>Keeping America Safe</i> ”	381
10.3	Oposição no Senado e da cidade de Nova Iorque	382
10.4	Nova ordem executiva mantém aberta a prisão	384
10.5	“Renegando a Justiça em Guantánamo”	385
10.6	Aguda e complexa realidade	387
10.7	Guantánamo em tempos de Donald Trump	388
11.	<i>Checks and balances</i> e democracia de resultados.....	390
11.1	Relatório do Senado sobre práticas de torturas na CIA	390
11.2	Fundamentos da democracia e efetividade do sistema de controle recíproco	391
12.	Segurança de Estado e garantias constitucionais – necessidade de coexistência harmoniosa	392

Capítulo VIII – A Suprema Corte e as Prerrogativas Constitucionais do Estrangeiro	395
1. Novos desafios do <i>checks and balances</i>	395
2. Restrição à entrada de estrangeiros de origem muçulmana e o espírito de <i>Ellis Island</i>	396
2.1 A Ordem Executiva de 27 de janeiro de 2017	397
2.1.1 A aguda desproporcionalidade	398
3. Declaração incidental de inconstitucionalidade do “Travel Ban”	400
3.1 <i>Temporary Restraining Order (TRO)</i> e <i>Preliminary Injunction</i>	400
3.2 Decisão da Justiça Federal em Nova Iorque	401
3.3 Decisão da Justiça Federal em Boston, Massachusetts	401
3.4 Decisão da Justiça Federal em Seattle, Washington	403
3.4.1 Aspectos da petição inicial	403
3.4.1.1 <i>Establishment Clause</i> e <i>Lemon Test</i>	404
3.4.1.2 Liminar suspendendo nacionalmente os efeitos do <i>travel ban</i>	406
3.4.1.3 Decisão judicial que incorpora valores universais	409
3.5 Corte Federal de Apelação do 9º Circuito – Julgamento do Recurso	410
3.5.1 Possibilidade legal de acesso a informações sigilosas	411
4. Segunda Ordem Executiva	413
4.1 Decisão da Justiça Federal em Honolulu, Havaí	414
4.2 O <i>Attorney General</i> e o “juiz de uma ilha do Pacífico”	415
4.3 Decisões das Cortes Federais de Apelação do 4º e 9º Circuitos	416
4.4 <i>Writ of Certiorari</i> em defesa da Segunda Ordem Executiva	417
4.5 Concessão do <i>Certiorari</i> pela Suprema Corte	418
5. Terceira Ordem Executiva	419
5.1 Decisão da Justiça Federal no Havaí contra a Terceira Ordem	420
6. <i>Trump v. Hawaii</i> (2018)	421
6.1 Pronunciamento tardio e decisão conservadora	422
6.2 Prerrogativa do Poder Executivo, entendimento majoritário	423
6.2.1 Eixo central da demanda e motivação da Ordem Executiva	423
6.2.2 Autoridade presidencial sobre política de imigração	424
6.2.2.1 Imigração, controle judicial e segurança nacional	425
6.2.2.1.1 <i>Kleindienst v. Mandel</i> , precedente relativo	426
6.2.3 “Neutralidade religiosa” da Ordem Executiva	428
6.2.3.1 O entendimento da maioria	429
6.3 As razões da dissidência	430
6.3.1 <i>Korematsu</i> , precedente constrangedor	432
6.4 A grande dissidente	435
6.5 Conclusão do julgamento e permanência do tema	435
7. Política imigratória do governo Joseph Biden	436
7.1 Ordem Executiva de 20 de janeiro de 2021	437
7.2 Decisão da Corte Distrital do Texas	439
8. Imigração, divergência conceitual e escolha soberana	441

9.	Trump e o Poder Judiciário.....	442
9.1	Nenhuma semelhança com Thomas Jefferson e Roosevelt	442
9.2	O Juiz “mexicano”	443
9.3	Um Presidente da República inortodoxo e o “assim chamado” juiz	444
	Referências	449
	Índice Remissivo	457
	Índice Onomástico	465